

INFORMATIVO

ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Ano III - Número 4 - SETEMBRO A OUTUBRO DE 2013



SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Ministério Público do Piauí discute elaboração de Plano Nacional de Segurança Institucional em Pernambuco

Página 7

Palavra do Presidente

A ferro e fogo

O dia 14 de Outubro de 2013 ficará marcado pela morte de um jovem Promotor de Justiça que, com apenas 10 meses de carreira, teve sua vida ceifada pela insana fúria de criminosos. Vinte disparos foram efetuados contra o membro do Ministério Público Pernambucano, de forma tão brutal, que desfiguraram aquele rapaz, não permitindo aos familiares sequer que vissem o rosto do mesmo em seu funeral.

As primeiras investigações apontam para motivação não ligada ao exercício da atividade funcional, mas o fato é que tal tragédia despertou na classe a preocupação com a insegurança vivida no ambiente forense e fora dele. Se é verdade que todos os cidadãos brasileiros estão sujeitos à violência urbana, é também fato que os agentes estatais, que trabalham no combate à criminalidade, estão ainda mais expostos, necessitando de uma política de segurança que permita, ainda que de forma relativa, alguma tranquilidade para o exercício de suas atividades.

No entanto, por todo o país, os relatos por parte dos representantes do Ministério Público dão conta de ameaças (apenas em Pernambuco, atualmente, 19 Promotores de Justiça encontram-se sob escolta policial diante de tentativas de intimidação) sem que tenham obtido o necessário suporte institucional para minimizar os riscos da atividade funcional.

No Piauí não é diferente. Inexiste segurança nas Promotorias de Justiça. O Plano de Segurança Institucional está pronto, mas depende de medidas que propiciem sua concretização. As medidas adotadas em situações críticas pontuais decorrem muito mais de improviso que de um plano previamente elaborado. Esta entidade de classe compreende as limitações orçamentárias da Instituição, mas aguarda que, ainda que de forma gradual, com eleição de prioridades, seja o plano executado. Na Paraíba, por exemplo, diante dessas mesmas limitações, o Plano foi implantado em apenas 12 cidades com êxito. Não é o ideal, mas é um bom começo.

Muito se fala que o Piauí é um Estado tranquilo e que não precisa levar a “ferro e fogo” o assunto. É um Estado tranquilo sim, mas aqui se mata, se estupra, se rouba, se porta arma de fogo, crimes de “pistolagem” se

sucedem (vide o caso Emídio Reis). Não podemos permanecer com o atual cenário!

Em pouco menos de uma década na Instituição, vi muitos membros serem ameaçados. Fui, pessoalmente, vítima de ameaça (e não me é agradável lembrar os difíceis tempos que enfrentei); vi Promotores terem sua casa arrombada, com nítido propósito de retaliação, tendo, na oportunidade, seus arquivos de trabalho subtraídos, sem que tenham tido resposta institucional alguma; fui informado de inúmeras tentativas de intimidação contra representantes do *parquet* piauiense. Felizmente, ninguém morreu! Não é possível que tenhamos que aguardar algo dessa natureza para, só então, tomarmos providências.

A cada novo incidente, a cada nova tragédia, ainda com os olhos de familiares pródigos em lágrimas, ainda com o sangue da vítima exposto nas redes sociais e por outros canais de comunicação, as autoridades costumam reagir e adotar as medidas necessárias para o enfrentamento sério da questão. Em muitas oportunidades, o tempo passa e a dor da perda cai no esquecimento dos que não integram o núcleo mais íntimo da vítima. Pois que, ao menos, aproveitemos esse momento para discutir, com a seriedade que o tema requer, a implantação de nosso plano de segurança institucional, para que, em um momento futuro, não estejamos pranteando a perda de uma vida que poderia ter sido preservada e protegida pelos que têm essa responsabilidade.

“No Piauí não é diferente. Inexiste segurança nas Promotorias de Justiça. O Plano de Segurança Institucional está pronto, mas depende de medidas que propiciem sua concretização”

Atenciosamente,

Paulo Rubens Parente Rebouças

Presidente da Associação Piauiense do Ministério Público (APMP)

Expediente

Diretoria APMP

Presidente: Paulo Rubens Parente Rebouças

1º Vice-Presidente: Albertino Rodrigues Ferreira

2º Vice-Presidente: Flávia Gomes Cordeiro de Castro

3º Vice-Presidente: Hosaías Matos de Oliveira

Secretária-Geral: Débora Geane Aguiar Aragão Gomes

1ª secretária: Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando

2ª secretária: Maria Eugênia Gonçalves Bastos

Tesoureiro: Raimundo do Vale Araújo

1º tesoureiro: Luis Francisco Ribeiro

2º tesoureiro: Nilvaldo Ribeiro

Diretor de Relações Públicas: Mário Alexandre Costa Normando

Diretor de Relações Públicas Adjunto: Maurício

Gomes de Sousa

Diretor de Patrimônio: Alfredo Alberto Leal Nunes

Vice-Diretor de Patrimônio: Cláudio Roberto Pereira

Soeiro

Diretor de Esportes: Hugo de Sousa Cardoso

Vice-Diretor de Esportes: Leonardo Fonseca Rodrigues

Conselho Fiscal: Antônio Marques Neto; Renê Santos Piauilino; João Paulo Santiago; José Hamilton Bezerra Lima; Ana Cristina Matos Serejo; Armando Ferraz Nunes

APMP

Avenida Senador Area Leão, nº 1500

Bairro Jóquei

CEP 64.059-112

Teresina – Piauí

86 3221-0575

apmp@ig.com.br

www.apmp-pi.com

facebook.com/apmp.pi

Produção: R2 Comunicação

Rua Senador Cândido Ferraz, nº 1845

Bairro Jóquei

CEP 64.049-250

Teresina – Piauí

86 3233-2136

contato@r2assessoriaimprensa.com.br

facebook.com/r2comunica

Textos: Israell Rêgo, Itamara Santiago, Ilzy Sousa, Robson Costa.

Fotos: Israell Rêgo, Itamara Santiago, Ilzy Sousa, Paulo Rubens Parente Rebouças, AMPPE.

Jornalista Responsável: Israell Rêgo - DRT 1919/PI

Projeto Gráfico: Glauco Calland

Tiragem: 1.000 exemplares

Impressão: Gráfica do Povo



Melhorias orçamentárias são discutidas com Wilson Martins

Membros do Ministério Público do Piauí se reuniram, no dia 15 de outubro, com o governador Wilson Martins, para apresentar uma planilha de dados orçamentários e solicitar que mais recursos sejam destinados pelo Estado ao órgão. A reunião aconteceu na residência oficial do governador.

A planilha, elaborada pela Procuradoria Geral de Justiça do Piauí, contém informações acerca dos investimentos feitos pela administração superior do Ministério Público, bem como um apanhado da situação estrutural, financeira e de pessoal do órgão em todo o Estado, o que dá uma visão geral das carências da instituição.

De acordo com o presidente da Associação Piauiense do Ministério Público (APMP), Paulo Rubens Parente Rebouças, cerca de R\$ 118 milhões foram destinados pelo Governo ao MP em 2013, R\$ 47 milhões a menos do que o órgão propôs ao Executivo estadual. Segundo Rubens, para 2014, o Ministério Público propõe o valor de R\$ 176 milhões em dotação orçamentária.



Promotores de Justiça cobram melhorias orçamentárias ao governador

O governador Wilson Martins, no entanto, sinaliza um reajuste percentual linear na faixa de 8,4% para todos os poderes

para 2014, o que não contemplaria, portanto, a proposta orçamentária feita pelo Ministério Público.

Promotor diz que orçamento não pode ficar nas mãos do governador

Em palestra ministrada no dia 13 de setembro, durante o lançamento da Caravana do Ministério Público do Piauí, na sede da Procuradoria Geral de Justiça do Piauí, o promotor Márcio Soares Berclaz, do Paraná, afirmou que a garantia dos repasses orçamentários para o Ministério Público não deveria ficar “nas mãos do governador”.

Para Berclaz, a independência e a estruturação, de fato, do Ministério Público passam, necessariamente, pela independência orçamentária em relação ao Executivo. O promotor pontua, ainda, que a atuação do Ministério Público em relação ao Estado deve ser tão incisiva quanto o é nos municípios.



Promotor de Justiça do Paraná, Márcio Soares Berclaz

Caravana busca aproximar Ministério Público da sociedade

Com o objetivo principal de visitar os municípios do interior para fortalecer os vínculos com a sociedade, promotores e procuradores de Justiça lançaram a Caravana do Ministério Público do Piauí.

A Caravana busca, ainda, levar à

comunidade as campanhas institucionais do Ministério Público, colaborando para fortalecer os mecanismos de controle social, como em relação à gestão dos recursos públicos, por exemplo.

A primeira Caravana teve início no dia 23 de setembro. As equipes do Ministério

Público visitaram a região dos municípios de Corrente, Bom Jesus e São Raimundo Nonato. As caravanas estão organizadas conforme as microrregiões, relacionadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e contemplarão todo o Estado.

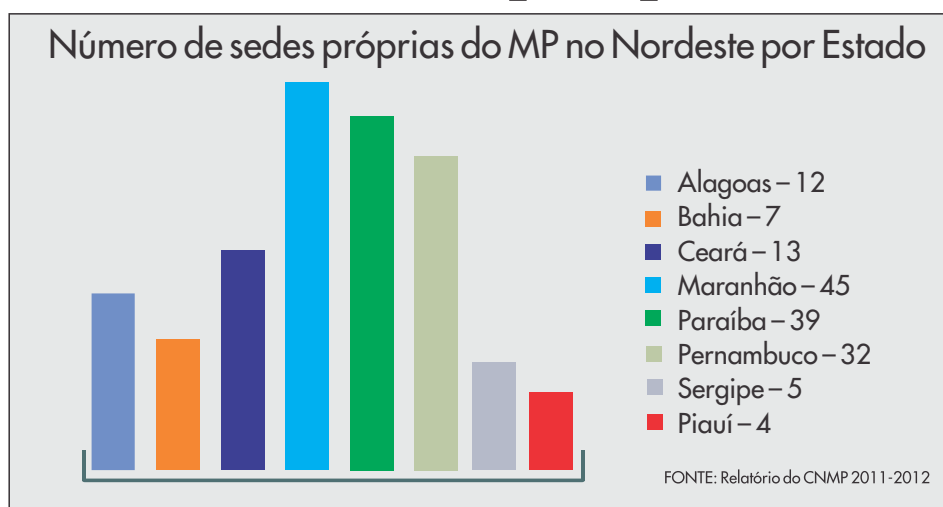
Ministério Público do Piauí é último do Nordeste em sedes próprias

Em relatório divulgado recentemente pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), consta que o Ministério Público do Piauí conta com apenas quatro prédios próprios. Os dados são referentes ao ano de 2012 e também formam um quadro comparativo evolutivo em relação a 2011.

A maior parte dos prédios onde funciona o MP-PI é cedida (nove), sendo que dois prédios são locados. Ao todo, o Ministério Público Piauiense funciona em 15 prédios. Os dados do CNMP informam, portanto, que o Piauí figura em último lugar em número de prédios próprios dentre os estados do Nordeste.

Para se ter uma ideia da disparidade, o MP de Alagoas, estado que possui 3,3 milhões de habitantes e 102 municípios, conta com 12 prédios próprios, nove locados e dois cedidos. O Ministério Público do Rio Grande do Norte, estado com população de 3,4 milhões de habitantes e 167 municípios, possui 40 sedes próprias, 26 locadas e apenas quatro cedidas.

Para o presidente da Associação



Piauiense do Ministério Público (APMP), Paulo Rubens Parente Rebouças, o déficit de prédios próprios do MP é um dos principais fatores que colaboram para prejudicar a atuação ministerial de excelência no Piauí.

Rubens pondera que a desvalorização do Ministério Público do Piauí quanto à dotação

orçamentária destinada ao órgão ao longo dos anos agrava a situação, especialmente quando tal fator ajuda a acentuar outras deficiências, como a carência de promotores, servidores e estrutura de trabalho básica, como internet, veículos e até mesas e cadeiras nas Promotorias de Justiça.

Apenas 187 servidores atendem à demanda populacional do Estado

O relatório elaborado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) aponta, ainda, que o Ministério Público do Piauí é o segundo colocado no Nordeste quanto ao menor número de servidores.

Ao todo, o MP-PI possui 187 servidores para atenderem a uma demanda populacional de, aproximadamente, 3,2 milhões de habitantes, distribuída em 224 municípios.

O Piauí fica à frente apenas do estado de Alagoas, que conta com 116 servidores no Ministério Público para atenderem a cerca de 3,1 milhões de pessoas em 102 municípios.

O primeiro colocado no ranking de servidores é o estado da Bahia (951), seguido de Pernambuco (547), Maranhão (471), Rio Grande do Norte (423), Ceará (379), Sergipe (310) e Paraíba (275).

O relatório aponta que, em relação ao número total de servidores no Ministério

Público do Nordeste, o Piauí conta com apenas 5% do quadro geral.

“O que impressiona é a distância numérica entre as instituições. Em alguns estados, como Sergipe, que conta com 119 promotores de Justiça contra 147 do Piauí, o número de servidores é bem superior”, observa o presidente da APMP, Paulo Rubens Parente Rebouças.

Para Paulo Rubens, “o que se percebe é que continuamos avançando, mas o vácuo existente é muito maior do que imaginávamos. Nosso orçamento tem aumentado, mas a um ritmo tão lento que acaba impedindo que possamos evoluir de forma mais contundente”.

“No interior, sobretudo nas Promotorias de Justiça de entrância inicial e intermediária, é praticamente inexistente a figura do servidor, de maneira que o promotor de Justiça trabalha sozinho”, lamenta.

Ainda de acordo com o relatório do CNMP,

o Piauí também fica em penúltimo lugar no Nordeste em número de estagiários, com 84 vagas disponibilizadas, à frente apenas da Paraíba, que tem 11 vagas.

Número de servidores do MP no Nordeste por Estado	
Bahia	951
Pernambuco	547
Maranhão	471
Rio Grande do Norte	423
Ceará	379
Sergipe	310
Paraíba	275
Piauí	187
Alagoas	116

FONTE: Relatório do CNMP 2011-2012

MP em Perspectiva

Presidentes de associações debatem problemas estruturais

Durante a realização da 2ª edição do Ministério Público em Perspectiva – ciclo de debates promovido pela Associação do Ministério Público do Estado da Bahia (Ampeb) no dia 11 de outubro – os presidentes das associações reclamaram que um dos maiores entraves para a evolução do Ministério Público Brasileiro são os problemas estruturais.

Déficit de profissionais técnicos e analistas, falta de servidores e estagiários e a inexistência de políticas remuneratórias para os membros são alguns dos problemas enfrentado pelo Ministério Público Brasileiro e discutidos durante o evento.

O presidente da Associação Piauiense do Ministério Público (APMP), Paulo Rubens Parente Rebouças, relatou que, no Piauí, há muitos promotores de Justiça trabalhando sozinhos, em salas sem mobiliário e em imóveis alugados ou cedidos pelo Judiciário. Muitos desses promotores, segundo Rubens, chegam a responder sozinhos pela demanda de até cinco municípios.

Para o presidente da Associação



MP em Perspectiva recebe representantes de Associações do Ministério Público de vários estados

Cearense do Ministério Público (ACMP), Plácido Barroso Rios, a questão financeira, porém, é a gênese de tais dificuldades. “O Ministério Público do Ceará tem, atualmente, uma receita bastante aquém de sua demanda, o que resulta em problemas de estrutura física e de pessoal. Estamos fazendo mobilizações periódicas para tentar mudar esse quadro”, pontua.

MP Independente – Na avaliação do presidente da ACMP, Plácido Barroso Rios, o Ministério Público deve ser pensado de forma independente e de acordo com suas demandas. “Seus membros devem trabalhar em busca de autonomia e independência financeira, para sair dessa armadilha que a questão do orçamento, já que nunca conseguimos uma receita total maior que 2%, índice completamente aquém das responsabilidades e demandas institucionais”, pontua.

O presidente da Ampeb, Alexandre Soares Cruz, reafirmou que o ciclo de debates “MP em Perspectiva” é um momento de reflexão e a oportunidade de aprofundar o conhecimento institucional. “A Associação procura exercer o papel de fomentar a discussão de questões de relevância institucional, com temas atemporais e não circunstanciais. Pois os rumos do MP são de responsabilidade de todos os seus membros”, destaca.

Promotores piauienses participam de Congresso Brasileiro de Direito

Os promotores de Justiça Rômulo Cordão e Maurício Gomes participaram, nos dias 13 e 14 de setembro, do XII Congresso Brasileiro de Direito Constitucional Aplicado, realizado em Salvador, Bahia. Os membros de Ministério Público do Piauí foram contemplados com passagens e inscrições em sorteio realizado pela Associação Piauiense do Ministério Público (APMP).

O Congresso, que celebra 25 anos da promulgação da Constituição Federal, teve como objetivo precípuo fazer uma reflexão acerca do melhor caminho a seguir para a sua plena concretização da Carta Magna, tudo na perspectiva da construção de uma sociedade livre, justa e solidária.



Promotores de Justiça Rômulo Cordão e Maurício Gomes

Procuradoria atende a pedido da Associação em benefício dos aposentados

A Procuradoria Geral de Justiça do Piauí atendeu parcialmente a pedido formulado em requerimento da Associação Piauiense do Ministério Público (APMP), a favor dos membros inativos do Ministério Público do Estado.

A APMP solicitara que, por ocasião da

realização de solenidades, a Procuradoria sempre envie convites formais a todos os promotores de procuradores de Justiça aposentados, por via postal ou mediante entrega em mãos. O pleito foi deferido pela PGJ.

A Associação também havia requerido, a pedido dos membros inativos, que os extratos

mensais de pagamento fossem encaminhados pelo correio ou por qualquer meio de entrega na própria residência do aposentado. A Procuradoria, no entanto, indeferiu, afirmando que os contracheques de todos os servidores ativos e inativos encontram-se disponíveis no site do Ministério Público.

Promotor solicita mais policiais para município de Cristino Castro

O promotor de Justiça Carlos Rogério Beserra da Silva encaminhou expediente ao 7º Batalhão de Polícia Militar de Corrente solicitando mais policiais para o município de Cristino Castro, do qual é titular o membro do Ministério Público. Atualmente, Cristino Castro conta com apenas um policial militar para atender à demanda populacional de cerca de 10 mil habitantes.

A preocupação do promotor Carlos Rogério aumenta diante dos constantes assaltos sofridos pelo município. No dia 18 de outubro, a agência dos Correios de Cristino Castro foi assaltada por um homem fortemente armado que rendeu funcionários e levou todo o dinheiro da agência, além de pertences de clientes. Já no dia 21 do mesmo mês, o Fórum local amanheceu arrombado. Várias armas e outros materiais apreendidos em diligências que estavam guardados no Fórum foram levados pelos bandidos.

De acordo com o promotor Carlos Rogério, os bandidos reviraram todo o Fórum, mas não



Promotor de Justiça Carlos Rogério Beserra

levaram processos. O promotor também encaminhou ofício à Procuradoria Geral de Justiça do Piauí para que o órgão faça gestão

junto ao Comando Geral da Polícia Militar do Piauí, no sentido de que seja providenciado mais policiais para Cristino Castro.

Ministério Público cobra maior fiscalização sobre violência contra a mulher

O promotor de Justiça Francisco de Jesus Lima cobrou das autoridades maior empenho na fiscalização nos órgãos e sobre questões em torno da violência contra a mulher. A ocasião foi a abertura do II Fórum Regional Sobre Violência Doméstica e Familiar,

realizada em Altos, no dia 19 de setembro.

Para Francisco de Jesus, além de campanhas de conscientização e enfrentamento à violência doméstica, é necessário "humanizar o tratamento à mulher vítima de

violência". O promotor de Justiça reforça que "o Ministério Público do Piauí tem se empenhado na interiorização da Lei Maria da Penha" e lembra o projeto "Lei Maria da Penha nas Escolas", que tem sido executado pelo MP.

Presidente do Corecon fala sobre planejamento e disciplina financeira

Em palestra realizada no dia 14 de setembro, na sede social da Associação Piauiense do Ministério Público, o presidente do Conselho Regional de Economia do Piauí, Francisco Sousa, falou sobre planejamento e disciplina financeira pessoal e familiar aos associados. O evento foi promovido pela diretoria da APMP. Francisco Sousa afirma que o planejamento ou a falta dele interfere significativamente na vida social e

profissional das pessoas. "Para se ter uma poupança, por exemplo, é preciso ter condições e isso passa diretamente pela capacidade de planejamento e readequação de gastos, seja qual for a sua renda".

O presidente do Corecon afirma, ainda, que as questões de ordem financeira também estão ligadas às nossas características psicológicas, refletindo o nosso comportamento e modo de ver o mundo.



Membros do Ministério Público acompanham a palestra do economista Francisco Sousa

Segurança institucional

Promotores discutem Plano de Segurança Institucional



Evento reuniu membros do Ministério Público dos estados do Nordeste

Membros do Ministério Público do Nordeste se reuniram, no dia 25 de outubro, em Pernambuco, para debater a elaboração do Plano Nacional de Segurança Institucional para membros do MP Brasileiro. A reunião aconteceu na sede da Associação do Ministério Público de Pernambuco (AMPPE).

O presidente da Associação Piauiense do Ministério Público (APMP) e coordenador da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – Região Nordeste (Conamp-NE), Paulo Rubens Parente Rebouças, representou o Estado do Piauí na reunião.

Na ocasião, a APMP apresentou propostas a serem encaminhadas ao Conselho Nacional do Ministério Público no sentido de melhorar a resolução do CNMP que trata sobre a segurança dos membros do MP em todos os estados.

Uma das propostas da Associação

Piauiense do Ministério Público é a de que haja comunicação ao Conselho, por parte das administrações superiores e corregedorias dos Ministérios Públicos do país, sobre notícias de ameaça ou tentativa de intimidação a membros do MP.

Outra medida sugerida pela APMP é a da criação de um banco de dados nacional para registro de ameaças e atentados contra membros do Ministério Público. Com base nesses registros, o CNMP deve proceder com a adoção de providências no sentido de melhorar a segurança em Promotorias de Justiça.

No dia 14 de outubro, a APMP encaminhou ofício à Procuradoria Geral de Justiça do Piauí reiterando o pedido de adoção de providências quanto à insegurança nos Fóruns e Promotorias em todo o Estado. A Associação também provocou o Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) sobre o tema.

“Vamos encaminhar toda e qualquer denúncia e notícia de ameaça ou tentativa de intimidação a representante do MP-PI ao CNMP. Esperamos que, ainda que de forma gradual, o Plano de Segurança Institucional, diante das limitações orçamentárias, comece a ser implementado no Piauí”, pontua Paulo Rubens.

Estiveram presentes no evento a vice-presidente da Conamp, Norma Angélica Cavalcanti; o presidente da AMPPE, Vladimir da Silva Acioli; e presidentes das Associações do Ministério Público do Nordeste.

Associação do Ministério Público de Contas agradece apoio da APMP

O presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (AMPCON), Diogo Roberto Ringenberg, encaminhou ofício à diretoria da Associação Piauiense do Ministério Público agradecendo o apoio da APMP a proposta de submissão dos procuradores de Contas à jurisdição do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), aprovada por unanimidade em sessão do Conselho, no dia 7 de agosto.

“Tal decisão é um marco histórico na caminhada do Ministério Público de Contas rumo à almejada autonomia administrativa e financeira, pressuposto da concretude da independência funcional de seus membros. A conjugação de esforços demonstrada corrobora o propósito de ampliação da atuação integrada com os demais ramos do Ministério Público Brasileiro, trazendo efetivos resultados em prol do interesse público”, destaca a nota do presidente da AMPCON.

Associação debate Emendas 505 e 31 durante reunião da Conamp

A Associação Piauiense do Ministério Público (APMP) participou, no dia 17 de setembro, da XIV Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), realizada no Ministério Público Militar, em Brasília. Na ocasião, foram analisadas as Propostas de Emenda à Constituição 505/2010 e 31/2013.

A PEC 505 tem como objetivo excluir a aposentadoria por interesse público do rol de sanções aplicáveis a magistrados e permite a perda de cargo, por magistrados e membros do Ministério Público. A apreciação da PEC 505 está incluída na

pauta desta quinta-feira (19) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal. A relatora é a deputada Sandra Rosado (PSB/RN).

Já a PEC 31 pretende modificar a forma de escolha dos juristas perante o Tribunal Superior Eleitoral (TSE); a forma de escolher dois juristas nos Tribunais Regionais; o aumento no número de juízes nos Tribunais Regionais Eleitorais; a determinação de que a escolha do Corregedor não recaia sobre desembargadores escolhidos pelo Tribunal de Justiça; e a expressão “Juízes de Direito” pela expressão “Juízes Eleitorais” no caput e no § 1º do art. 121 da Constituição Federal.

“O Ministério Público precisa se integrar para evitar o risco de ineficiência”, diz Silas

Silas Sereno Lopes é promotor de Justiça desde 30 de maio de 2008. Antes de ingressar no Ministério Público do Piauí, Silas Sereno exerceu a advocacia cível por dois anos e foi delegado de polícia por quase cinco anos e aprovado em concurso para Procurador do Estado. Atuou também no Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, Gaeco. Atualmente é promotor na 1ª Promotoria de Barras. Para este Informativo, Silas Sereno conta um pouco sobre seu trabalho.

Que experiências, para a atuação profissional como membro do Ministério Público, o senhor extraiu do trabalho como delegado de polícia e no Gaeco?

A atividade de investigação obriga a sistematização de informações e a constante busca por elas, inclusive em searas não jurídicas. A pesquisa de dados, mesmo dados corriqueiros, do cotidiano pode fazer a diferença em um trabalho de investigação. O trabalho de qualquer dos órgãos de persecução penal não tem efetividade se não houver integração e somatória de esforços para troca de dados e formação de grupos. Infelizmente, constatei que tanto a polícia como o Ministério Público e o Poder Judiciário, via de regra, servem para manutenção do *status quo* no sentido de não atuarem de forma isonômica. O Direito Penal, no mais das vezes, se presta para tutela de bens e interesses das pessoas com maior capacidade financeira. A criminalidade dita de “colarinho branco” não sente, com o mesmo vigor, a caneta do Ministério Público.

Atualmente, o senhor atua na área criminal. Que peculiaridades tem essa área?

Faz pouco tempo que atuo, exclusivamente, na área penal como aqui em Barras, mas um dos problemas que percebo é a notória morosidade do Poder Judiciário e mesmo do Ministério Público. Acredito que o MP, como parte, deve controlar o andamento das ações que propõe, ou seja, não basta oferecer a ação penal, é preciso fazer gestão junto ao Poder Judiciário para o andamento das ações principalmente naqueles crimes de maior repercussão. Outro ponto fundamental na área penal é o controle externo. Temos, urgentemente, que avançar no controle externo.

Quais os principais problemas enfrentados pela população que têm norteado a atuação do MP?

Acredito que o trabalho que o Ministério Público Brasileiro tem no controle externo é insuficiente. Não temos controle em relação às instituições policiais e credito a isto parte da força que a famigerada PEC 37 ganhou. A morosidade do sistema de Justiça, a resposta/punição de um crime perdem o sentido após o transcurso de longo tempo. Em algumas ações penais o ofendido já superou a trauma, os policiais não



Promotor Silas Sereno Lopes

sabem por que foram intimados a depor, a prescrição bate à porta. O Ministério Público, na qualidade de representante do interesse da sociedade, deve pleitear a agilização do andamento das ações.

Como o senhor vê a atuação do Ministério Público no interior do Estado?

No interior, especialmente, nas Promotorias Únicas que atuam em todas as áreas, é importante que os Centros de Apoio e o Planejamento Estratégico discutam com os membros planos de atuação com objetivos claros, com metas, com objetivo de apresentar resultados para a sociedade. O promotor recebe centenas de processos do Poder Judiciário. É claro que isso é importante, mas e os interesses difusos? E o lixo a céu aberto? O trânsito caótico? Os Centros de Apoio e o Planejamento devem servir para apresentação de planos de trabalho com visão macro.

Especificamente, que riscos a falta desse planejamento ocasionam para a atuação ministerial?

O risco da falta de planejamento é a inversão no critério de prioridade. O parecer passa a ser prioritário em detrimento da atuação como

órgão agente na tutela de interesses metaindividuais. A Constituição Federal, em última análise, estaria sendo desprestigiada. Talvez o projeto Caravana do Ministério Público aproxime os Centros de Apoio do membro que atua no interior. Outro problema é a falta de integração entre os membros do 1º com os de 2º grau. Os grandes escritórios de advocacia atuam de uma ponta a outra. Mas e nós? Parece que existem duas instituições estanques. O MP precisa se integrar, efetivamente, porque o risco de ineficiência da nossa atuação é muito grande em decorrência de uma série de fatores, dentre eles o *lobby* de grupos políticos contrariados junto ao Poder Judiciário, especialmente no 2º grau.

Como é a relação entre promotor de Justiça e sociedade?

O promotor de Justiça, a cada dia, é mais procurado pela população, mas, ainda há muito desconhecimento sobre o nosso papel. Ora pensam que somos acusadores implacáveis, ora nos pedem auxílio em questões de direito privado. Acredito que a aproximação com a população, por meio das campanhas institucionais, seja o melhor canal de comunicação com os destinatários da nossa atuação.

E quanto à estrutura das Promotorias no interior?

Ainda é muito precária. Outras instituições como Tribunal de Contas do Estado e o Legislativo apresentam estruturas muito melhores, sem que tenham a capilaridade que tem o MP. Enquanto o promotor não tem servidor, muitos recebem sem trabalhar no Poder Legislativo e no Poder Executivo. Vivemos a ditadura do Poder Executivo. É inaceitável que no Ministério Público do Piauí existam membros trabalhando sem servidor.

É caso comum o promotor sacrificar seu vencimento para comprar livros e softwares jurídicos. Não temos verba indenizatória para auxílio intelectual. Livro é instrumento de trabalho. Os servidores também precisam de treinamento e de rotinas para melhor atendimento das demandas. Eles precisam se sentir valorizados. Infelizmente, alguns ainda pensam “na minha época era mais difícil”. Mas, acredito que, se pensarmos assim estaremos fadados ao insucesso.

Vida de aposentado

Armando Ferraz afirma que corrupção é uma praga que assola o país

Agraciado com 16 títulos de cidadania, tendo recebido dezenas de homenagens ao longo da vida, pelos municípios onde trabalhou, Armando Ferraz Nunes nasceu em 12 de agosto de 1942, na cidade de Oeiras, região Centro/Sul do Piauí.

Filho dos agricultores Jesuíno Moura Barbosa Ferraz Nunes e Iracema Ferraz Nunes, Armando Ferraz é o primogênito de 11 filhos. Serviu ao Ministério Público por 23 anos, dos quais nove anos como procurador de Justiça, função na qual se aposentou em 2003. Atualmente, atua como advogado e é membro do Conselho Fiscal da Associação Piauiense do Ministério Público (APMP).

Passou a infância e parte da adolescência na terra natal, onde iniciou os estudos. Em



Armando Ferraz Nunes exhibe o distintivo de membro do Ministério Público

Armando estudou na Escola Técnica de Contabilidade. Trabalhou na Secretaria das Finanças do Estado do Piauí como fiscal. “Passei um tempo sem estudar, mas, quando retornei, fiz o curso de Direito. Ao concluir, prestei concurso para juiz, no qual fui aprovado e nomeado em 8º lugar. Ao mesmo tempo, fiz concurso para o Ministério Público e, enquanto aguardava ser chamado para juiz, fui nomeado e chamado em 1980 para o Ministério Público”, relata Armando.

Armando Ferraz atuou nas comarcas de Parnaguá, respondendo por Corrente, durante três anos (1ª entrância); Paulistana, por mais de cinco anos; São Raimundo Nonato, por quase dois anos (3ª entrância); Picos, por cerca de sete anos (4ª entrância); e Teresina, onde foi promotor na 2ª Vara Criminal, 4ª Vara Criminal, 1ª Vara Cível e 6ª Vara Cível. Na capital, foi promovido a procurador de Justiça. Casou-se em 1967, com Maria Teresa Lopes Nunes, servidora da Universidade Federal do Piauí, com quem teve uma filha.

Momentos marcantes – Armando Ferraz relata que, em sua atuação como membro do Ministério Público, alguns momentos marcaram sua vida. “O primeiro, foi no combate ao plantio e uso de maconha em Paulistana. Naquele tempo a maconha em Paulistana era plantada até nos quintais. Tive problema muito sério, pois enfrentei e prendemos, juntamente com o delegado, várias quadrilhas”, lembra.

Outro problema muito sério enfrentado por Armando foi em Picos: roubo de carro, homicídios e invasão de ciganos. “Quando cheguei a Picos, havia cinco anos que a cidade não tinha júri. De uma vez só, certa vez, cheguei a fazer 19 júris consecutivos, até perdi a voz”, conta. Ao todo, Armando Ferraz realizou 86 júris como promotor de Justiça, em todas as comarcas por onde passou.

Ao chegar à 2ª Vara Criminal de Teresina, respondendo também pela 5ª Vara Criminal, foi designado, em caráter especial, para atuar no processo de assassinato do jornalista Helder Feitosa. “Tive muitos problemas, inclusive recebi ameaças de morte. Tentei desvendar quem matou o jornalista e, pelo que ficou apurado, foram pessoas alto escalão. A repercussão na imprensa foi muito grande”, observa Armando Ferraz.

1957, mudou-se para Teresina, acompanhando o pai. Em Teresina, Armando Ferraz estudou no Liceu Piauiense, onde concluiu o curso ginasial. Logo após, serviu o Exército Brasileiro por cerca de um ano e dois meses.

Dificuldades do Ministério Público – “Na minha época de promotor, cheguei a responder por várias comarcas ao mesmo tempo, como ainda acontece hoje com os colegas”, diz Armando. “Quando entrei no Ministério Público, o Piauí contava com apenas 46 promotores para atender à demanda de 123 municípios”, pontua.

Constituinte de 88 – Armando Ferraz destaca que participou da Constituinte de 1988, em Brasília, juntamente com outros membros do Ministério Público do Piauí e de outros estados. “Estas conquistas do Ministério Público que temos hoje não foram de graça, foram conquistadas com uma luta árdua. Por exemplo, nós colocávamos uma conquista de noite nas comissões e, na manhã seguinte, a conquista já estava apagada. Era absurdo e foi difícil”, conta.

O Ministério Público – “Eu acho o Ministério Público o melhor emprego do mundo. O MP tem que continuar na sua missão pela probidade administrativa, pela decência junto aos poderes públicos e, principalmente, pela eficiência no combate à corrupção. Pra mim o foco para os novos promotores de Justiça deve ser o combate à corrupção. Este é o grande mal que assola nosso Brasil. A corrupção é um mal, uma praga. Considero a função de gestor público uma função de risco, porque a corrupção já está institucionalizada. Nada se faz nessas repartições sem interesse próprio. Enfim, o chefe maior de um promotor de Justiça é a lei e é cumprindo a lei que a obrigação dele será cumprida e vai colaborar para a melhoria do país”, finaliza Armando Ferraz.

Promotoras participam de Curso de Maquiagem

Atendendo ao pedido das associadas, a Associação Piauiense do Ministério Público (APMP) promoveu, no dia 5 de outubro, Curso de Maquiagem, no salão Beleza & Cia. O Curso foi ministrado pelas profissionais Juliana Nunes e Suely Nunes e focou na automaquiagem e visagismo. Um grupo de 14 promotoras de Justiça participaram do curso.



Curso de Maquiagem é reivindicação das associadas



Associação realiza Dia das Crianças

O Dia das Crianças, comemorado em 12 de outubro, foi celebrado pela Associação Piauiense do Ministério Público (APMP), no dia 13, em confraternização entre associados e familiares no Espaço Teresina Play do Teresina Shopping. Pais e filhos puderam se divertir nos brinquedos e saborear guloseimas como churros, pipoca e algodão doce.

Maria Teresa, de 8 anos, e Pietra, de 7, são amigas de escola e passaram todo o evento se divertindo juntas. “Eu não sei qual o meu preferido, gosto de todos”, diz Maria Teresa, se referindo aos brinquedos do Teresina Play.

Os promotores de Justiça também puderam aproveitar a diversão do parque. “É maravilhoso. Melhor não poderia ser. As crianças se divertiram muito e nós também, acompanhando e brincando juntamente com elas. Não poderia ter tido iniciativa melhor”, destaca a promotora Giany Vieira, que participou do evento com os filhos e amigos.

Durante o Dia da Criança da APMP, foi sorteada uma bicicleta infantil entre os filhos dos associados.



Crianças se divertem no Teresina Shopping

CONVITE

A APMP convida todos a participar da festa de fim de ano do Ministério Público do Piauí. Será no dia **14 de dezembro, no Buffet Bistrô**. A animação ficará por conta da **banda Top Gun**. Contamos com sua presença!

APMP Informa

Aniversariantes Novembro e Dezembro

01/11 - Teresinha de Jesus B. X. Almeida
04/11 - Fernando Melo Ferro Gomes
05/11 - João Pereira da Silva
06/11 - Nivaldo Ribeiro
12/11 - Filemon José Nogueira
13/11 - Francineide de Sousa Silva
16/11 - Cleandro Alves de Moura
17/11 - Liana Maria Melo Lages
20/11 - Maria Aurinívia P. Cruz Alencar
20/11 - Emir Martins Filho
23/11 - João Mendes Benigno Filho
23/11 - Flavia Gomes Cordeiro de Castro
24/11 - Eny Marcos Vieira Pontes
30/11 - Conceição de Maria Monteiro Vilela
03/12 - Alípio de Santana Ribeiro
03/12 - José do Egito Barbosa
06/12 - Raimundo do Vale Araújo
08/12 - Ednolia Evangelista de Almeida
09/12 - Cristiano Farias Peixoto
10/12 - Afonso Aroldo Feitosa Araújo
11/12 - Maria Ester Ferraz de Carvalho
11/12 - Maria Vilani Carvalho de Melo
16/12 - Sávio Eduardo Nunes de Carvalho
17/12 - Martha Celina de Oliveira Nunes
18/12 - Fernando Ferreira dos Santos
18/12 - Lina Josephina Gayoso A. P.da Silva
19/12 - João Batista de Castro Filho
20/12 - Edilson Pereira de Farias
21/12 - Alípio Brandão Neto
24/12 - Galeno Aristóteles Coelho de Sá
25/12 - Maria Odete Soares
25/12 - Karla Daniela Furtado Maia Carvalho
27/12 - Fernando Soares de Oliveira Junior
28/12 - Carlos Rubem Campos Reis
30/12 - Tertuliano Milton Brandão Sobrinho
31/12 - Valesca Caland Noranha

Curso de tiro

A Associação Piauiense do Ministério Público (APMP) realiza, no dia 23 de novembro, curso de tiro para os associados. O curso será promovido pelo Centro Técnico de Formação de Vigilantes (CET-SEG).

O curso de tiro faz parte do Projeto de Apoio à Segurança do Membro do Ministério Público. Inscrições feitas na sede administrativa da APMP. Mais informações pelo telefone da Associação, 3221 0575.

CONVÊNIOS APMP/CONAMP



Academia

Ricardo Paraguassu

Advogados

Adryanna do Nascimento Soares
Antônio Carlos da Costa e Silva

Aéreo

Carvalho e Fernandes LTDA

Alimentação

Churrascaria Residência III

Arquiteto

Flávio Melo Franco

Bar

Genival Alves de Mesquita –
Bar Sede Campestre

Calçados

Sapataria Iracema

Combustível e carros

Brasil Petróleo LTDA
Cacique Petróleo LTDA
Cacique Pneus

Comércio

M.M. Marinho Lages Com. Ind. e Rep.

Concessionárias de veículos

Japan (Nissan)
Paris (Renault)
Jet (Honda)

Copiadora

Bambu Cópias-CCE-UFPPI

Corretor de Veículos

Manoel José de Andrade Filho

Decoração

Villa Objeto
Casa das Linhas

Dentistas

Tiago Lau

Eletrodomésticos

Brastemp
Consul

Eletrônicos

Antenão

Esporte

Momentum Empreendimentos
Esportivos LTDA

Estabelecimento de Ensino

CRAI – Creche Educacional
LFG – Rede de Ensino Luiz Flávio
Gomes
Universidade Gama Filho
Wizard (Escola de Idiomas)
PLB Professional Languages
Brazil (Escola de Idiomas)

Estética

Charmens
Salão Roselânia
Ellegance Cabelos – Salão de
Beleza
+ Bella Salão de Beleza
CK Studio
Renovelife
Salão K

Farmácia

Girão e Sampaio LTDA
(Farmácia Luzithana)
Drogarias Globo
Galeno Farmácia de Manipulação

Floricultura

Floricultura Li

Fonoaudiologia e psicopedagogia

Umbelina dos Santos Oliveira

Infantil

Infomews Brinquedos LTDA

Informática

Supriforms Informática
Micro e Cia

Instrumentos musicais

Centro Musical

Jóias

Joalheria Matos

Lavanderias

Leste Lavanderia
5àSec
Seclav
Qualy 7 Lavanderia

Lavagem automotiva

Best Dry Estética Automotiva
Posto Vapt –Vupt Posto de Lavagem

Livraria

Editora Saraiva
Leonel Franca
Universitária

Mecânica Automotiva

Mafuá Service

Moda Infante-Juvenil

Dan-Dan

Peças

Flavia de Sousa Lima – Renopeças
Casa das Ferragens

Pilates

Studio Pilates Juliana Probo

Produtos veterinários

Pompeu Rações

Seguros

Mapfre Seguros S.A.
Bradesco Seguros S.A.

Saúde

UDI
BIO – Fisioterapia
Fisioposturar
Novaclin Saúde – Clínica
Hospital São Marcos

Caro associado,

Contribua com o Informativo da APMP enviando sugestões, causos, fotos, notícias para o e-mail apmpipi@ig.com.br ou entre em contato pelos telefones 3221 0575 ou 9949 0712.

Contatos APMP

Telefones da sede administrativa da APMP – 3221 0575 e 3223 2001 (Fax)
Celular da presidência – 9411 36 02
Telefone da sede litorânea da APMP – 9458 2914 ou 3367 2072 e

Prestação de contas

0	DISCRIMINAÇÃO	VALORES (R\$)	DEBITOS
	Saldo conta 3.744-6 (31.07.13) - Geral	57.144,04	
	Saldo conta 3.744-6 (31.07.13) - Investimento	624.899,02	
	Saldo conta 695-8 (31.07.13) convênio	33.390,09	
	Saldo conta 46.246-2 (31.07.13) aluguel apart.	5.407,53	
	Total das contas - 31.07.13	720.840,68	
	CRÉDITOS DE AGOSTO E SETEMBRO / 2013		
	Sedes Administrativa / social e litorânea		
1	Contribuições dos associados (inativos/ativos)	145.253,28	
2	Desc. Autorizado folha de pag. (incluindo bar)	56.582.108,00	
3	Dep. p/ UNIMED (dependentes associados falecidos)	5.528,57	
4	Dep. Para conta apart. Sede Litoranea - 46-246-2		
5	Rendimentos conta 46.246-2	30,15	
6	Transferência para conta 3.744-6 investimento	45.000,00	
7	Rendimentos conta investimentos conta 3.744-6	4.196,46	
	Total de Créditos	56.782.116,46	
	DEBITOS DE AGOSTO E SETEMBRO / 2013		
	Sede Administrativa / social		
8	Convênios (v. pagos deduzidos da comissão) (carvalho e outros.)	531.039,29	
9	Telemar Norte (pag ref a telefone fixo e internet)	974,50	
10	Correios (pag de serviço de postagem)	281,70	
11	SKY (ref ao serviço de tv por assinatura)	511,60	
12	Daniel Lourenço Moura de Queiroz - ME (ref a produção de 50 canetas (funcionais)	2.300,00	
13	DGH Serviços Contábeis (ref a prestação de serviços de contabilidade)	3.390,00	
14	Balwan Viagens e Turismo Ltda (ref a diárias de hospedagens)	776,16	
15	Ivanilde Chaves Sales (pag ref a despesas com a See Litoranea)	1.140,00	
16	Fabricia R. Cruz (ref a despesas com a APMP)	949,20	
17	Martha de Macedo Senna (pag ref a digitação de chequinhos)	1.600,00	
18	AMPPE (pag ref a hospedagem do Dr. Paulo Rubens no X congresso do Min. P. de Pernambuco)	2.010,00	
19	Paulo Rubens P. Rebouças (ref a despesas com APMP - Litoranea)	1.977,00	
20	Paulo Rubens P. Rebouças (ref a despesas com hospedagem da reunião da CONAMP)	406,00	
21	Caixa Ec. Federal (pag ref a FGTS, INSS e PIS)	6.628,98	
22	Vladimir da Silva Aciole (pag ref a ressarcimento de hospedagem no Blue Tree Pety)	429,45	
23	Marcos Iran Silva (pag ref serviço de manutenção do Portal Web)	180,00	
24	Escrita Ind. E Serviço (pag ref a confecção de canetas personalizadas da APMP)	2.126,25	
25	Genival Alves de Mesquita (ref ao consumo e festas realizadas pela APMP na Sede Campestre)	3.561,90	
26	Pedro Aldo de C. Junior (pag ref a 50% do coquetel na festa dos novos promotores)	225,00	
27	Pedro Aldo de C. Junior (pag ref a 50% final do coquetel na festa dos novos promotores)	225,00	
28	Genes G. Santos (ref a ressarcimento de despesas com a APMP)	1.756,36	
29	Folha - vales transporte	12.378,86	
30	Locaweb (pag ref a serviço de internet)	60,00	
32	M.B. Hotelaria e Turismo Ltda (ref a pag de hospedagem do Dr. Roberto Liviano de 15 a 16/08/13)	190,00	
33	Motoragua (par ref a compra de material de limpeza das piscinas da APMP - Campestre)	402,50	
34	Eletrobrás (pag. ref. a fatura de energia da APMP Sede Campesre)	2.864,64	
35	CONAMP (pag ref a contribuição mensal)	6.733,90	
36	F. N. Ferreira - Me (pag ref a locação de 01 gerador para evento dos novos promotores em 15/08/13)	1.000,00	

37	Marco Antonio F. Veloso (pag ref a 50% da apresentação musical dia 15/08/13)	833,50	
38	Marco Antonio F. Veloso (pag ref a 50% final da apresentação musical dia 15/08/13)	833,50	
40	Iera Fernanda (pag ref serviço de decoração de festa dos novos promotores)	5.268,00	
41	Systech Informática Ltda	240,00	
42	Hamlet Gonçalves Borges (pag ref aluguel de sistema de som para dia 16/08/13)	250,00	
43	Marciana Souza e Silva (pag ref a limpeza dos quartos da Sede Campestre)	300,00	
45	Maranata Editora Ltda (pag ref das agendas 2014)	7.245,00	
46	Correios (pag de serviço de postagem)	991,01	
48	Unimed (pag extra-folha de dependentes)	7.865,42	
49	R2 Comunicação Ltda (pag ref serviço de assessoria de imprensa)	4.700,00	
52	Antonio Carlos da Costa e Silva (pag ref a serviços jurídicos)	4.350,00	
53	Alvaro Mendes Ferraz (pag do aluguel da sala da APMP administrativa)	750,00	
55	Centro de Difusão e Conhecimento (pag ref a inscrição do Dr. Romulo Cordão)	280,00	
56	Centro de Difusão e Conhecimento (pag ref a inscrição do DR. Mauricio Gomes)	280,00	
58	Climar Comercio e Serviços Ltda (pag ref concerto de ar-condicionado da APMP - Campestre)	80,00	
59	E.N. de Sousa Marinho Distribuidora de Livros (despesas de evento realizado na livraria anchieta)	800,00	
61	Embarque turismo (pag ref passagens p/ congresso em Fortaleza)	13.403,91	
62	Ivanilde Chaves Sales (pag ref a despesas com a See Litoranea)	3.173,68	
63	Charmens	544,39	
	Alessandro G. Barreto (pag ref a compra de 18 livros Inteligência Digital)	1.080,00	
	Mauricio Gomes de Souza (pag ref a hospedagem em Fortaleza)	988,35	
	Luiz Eduardo V. Alves (pag ref a serviço de treinador do time da APMP)	670,00	
	Luiz Eduardo V. Alves (pag ref a serviço de lavagem da equipe do time da APMP)	150,00	
	Roberto Liviano (pag ref	700,00	
	Eletrobrás (pag ref a energia da APMP - Administrativa)	231,10	
	Escrita Ind. E Serviços (pag ref ao pagamento da canetas personalizadas)	2.126,25	
	Floricultura - U (pag ref ao vaso de flores)	590,00	
	Motoragua (pag ref compra de material para limpeza das piscinas da Sede Campestre)	376,00	
	Grafica do Povo (pag ref a digitação dos informativos)	1.975,00	
	N.B.P. DINIZ (pag ref a confecção de camisas)	765,00	
	Maranata Editora (pag ref as agendas)	3.622,50	
	Sub-Total 01	651.580,90	
	Colonia de Férias de Agosto e Setembro / 2013		
63	Eletrobrás (pag. ref. a fatura de energia da APMP Sede Litoranea)	3.021,25	
	Sub-Total 02		
	TOTAL DE DÉBITOS	654.602,15	
	RESULTADO		
	Saldo conta 3.744-6 (30.09.13) - geral	41.300,98	
	Saldo conta 3.744-6 (30.09.13) - investimentos	672.993,40	
	Saldo conta 695-8 (30.09.13) convênio	65.128,92	
	Saldo conta 46.246-2 (30.09.13) aluguel apart.	5.883,71	
	Total das contas - 30.09.13	785.307,01	

Demonstrativo baseado na movimentação bancária das contas 3.744-6 (incluindo investimentos), 695-8 e 46.246-2

O detalhamento das despesas da APMP, encontra-se à disposição de todos os associados em nossa Sede Administrativa

OBS: O valor referente a conta convênios e variável e depende do dia de pagamento dos convênios.